

# Governo disposto a medidas fortes

“Convivo com o aviso do caos desde o dia em que assumi o governo e já lá se vão quase quatro anos”, disse o presidente José Sarney a um dos membros do governo que foi recebê-lo na Base Aérea de Brasília. Para ele até mesmo os arautos da catástrofe são os mesmos, destacando-se entre eles o ex-governador Leonel Brizola mas incluídos no grupo políticos com reivindicações exarcebadas de poder.



Para o presidente o que ocorre no momento é o choque da aplicação das inovações adotada pela Constituição que será por ele “rigorosamente cumprida”. Ninguém haverá de supor que o elenco de medidas sociais e econômicas introduzidas no país pela Constituinte não causem reações dos que são por elas afetados. “Trata-se de uma acomodação à realidade que pode ser dramática como ocorreu às vezes em Portugal, mas que tem que ser feita”, disse ele. Horas extras, turnos de trabalho, gratificações de férias, licença-maternidade, licença-paternidade, auxílios de férias, etc., extensão do direito de greve, tudo isso são dados que alteram as relações de trabalho e se refletem na economia, que deverá absorvê-los e com eles conviver ordenadamente.

“Há de ter paciência e sentimento de respeito à Constituição”, prega o presidente, para quem as advertências que lhe cabia fazer foram feitas oportunamente. Qualquer medida de modificação do que aí está depende do Congresso e não seria ele que iria pôr sua cabeça novamente na guilhotina, como fez quando isso lhe pareceu necessário. Lembrou que são o PT e a CUT que fazem o sindicalismo de funcionários públicos e promovem greves políticas e disse que o governo não pode aceitar a simulação de servidores que assinam o ponto para não trabalhar. Já chamou o ministro Aluizio Alves e mandou que ele providenciasse para acabar com tal situação. Partidos como o PMDB e o PFL não surgem para defender a Constituição e os governadores não caíram na realidade de que a Federação agora é outra.

## Medidas fortes

Como nos tempos de João Goulart, quando as crises se aceleravam de mês a mês e de semana a semana, há notícias de que pessoas menos seguras começam a estocar alimentos no Rio e em Belo Horizonte. Falta apenas, como ocorria em 1964, que se façam em Brasília filas nos postos de gasolina para reabastecimento toda vez que se esperava o pior. Tal situação está sendo induzida principalmente pelas propostas políticas, como renúncia, antecipação da eleição presidencial, parlamentarismo, governo de coalizão, que implicariam reforma da Constituição em caráter de emergência, montando-se o terrorismo político sobre o terrorismo econômico.

Na chegada do presidente e sua comitiva, todos mostravam consciência da situação. Eram visíveis os indícios de que o governo dispõe-se a medidas fortes. “Nada se exclui, inclusive recursos de emergência”, disse um ministro de Estado, para quem o encontro dos que chegam com os que estavam na Base Aérea decorria como num “pátio dos aflitos”. Havia no ar sensação da gravidade do momento e disposição de passar-se a uma operação efetiva de poder. Não se atribui responsabilidade especial ao Sr. Ulysses Guimarães. Interina e precariamente na chefia do governo não lhe caberia tomar providências que exarcebassem o processo nem, como candidato, procurar zonas de confrontação com a opinião pública ou com o governo. Como presidente do PMDB, Ulysses não se considera responsável pela política econômica nem com ela solidário, situação que cessou com a saída de Bresser Pereira.

Admite-se que, além da aceleração da inflação, a atitude dos governadores e demais candidatos à sucessão condenando a política oficial, tenha dado impulso à crise. Cardoso, Quéricia e Franco se dessolidarizaram com o Planalto por acreditarem que a Operação Desmonte inviabiliza suas administrações. O governador de São Paulo quer transferir para Ulysses o poder político e o de Minas, com pragmatismo e simplicidade, propõe projeto alternativo de vender ativos para pagar passivo, idéia que se choca com a tônica das correntes que inspiraram a Constituição e são dominantes na opinião pública. As idéias sugeridas têm, todas, caráter de excepcionalidade e não se efetivariam sem mudanças de emergência na Constituição, como percebeu o próprio Brizola, que propõe a renúncia do presidente para antecipar o pleito.

Há nessas sugestões irrealismo para não admitir a idéia de golpismo, nelas implícita. Não é componente da crise atual qualquer fissura militar nem propósito de suprimir a ordem constitucional. Os militares são pelo fortalecimento do governo e por medidas mais eficazes contra a inflação, aceitando as negociações do pacto nas quais o governo só entraria com respeito à sua autoridade.

Não se negam os fatores reais de crise, como o malogro da luta antinflacionária, mas apontam-se contribuições de exacerbadimento do sentimento oposicionista nem sempre baseado em pressupostos sólidos. Não há agora, como havia em 1964, a consciência de que forças traumáticas do governo e da oposição se aprestam para ferir de morte as instituições democráticas. Os fatos que ocorreram em março daquele ano levariam o país inelutavelmente a uma tentativa revolucionária de mudar as estruturas econômicas, sociais e políticas. Ou a um golpe militar. O desfecho está registrado na história e na consciência de todos.

*Carlos Castello Branco*